

MARCHA DAS MARGARIDAS 2007

PAUTA INTERNA (para o MSTTR)

A MARCHA DAS MARGARIDAS *Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista*, em sua terceira mobilização nacional, reafirma perante toda a sociedade a luta por uma nação verdadeiramente soberana, justa e solidária, com igualdade de gênero, para o que fundamental o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com o qual se comprometem homens, mulheres e jovens do MSTTR.

Um país sem fome, sem pobreza e sem violência é possível, se as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta estiverem fortalecidas em sua autonomia e participação política, se tiverem o devido reconhecimento e respeito. Para tanto é preciso que as mulheres estejam efetivamente ocupando os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero. Mas não é possível avançar a democracia, construir uma nação soberana, justa e solidária, enquanto atos de violência forem praticados contra as mulheres, enquanto persistir o silêncio e a impunidade sob a cultura patriarcal e machista.

A violência sexista exige um amplo compromisso social para que seja combatida em todas as suas formas de manifestação. Não é possível silenciar diante do preconceito e da violência que atingem mulheres, jovens e meninas. Os instrumentos legais para o combate à todas as formas de violência contra as mulheres precisam ser exemplarmente cumpridos, e sua aplicação garantida no meio rural.

O MSTTR que promove a Marcha das Margaridas precisa ser coerente e dar o exemplo. É inadmissível que em 2007, com cerca de duas décadas de organização das mulheres no MSTTR, uma década da aprovação da cota de no mínimo 30% de mulheres na direção, com a realização de três Marchas das Margaridas, e com todo o reconhecimento social conquistado pelas trabalhadoras rurais, ainda sejam registradas resistência à aplicação das cotas de participação e sejam cometidos atos de desrespeito e de violência contra as trabalhadoras rurais em sindicatos, federações e durante ações e eventos do movimento sindical.

É preciso investir esforços para traduzir em práticas concretas o objetivo maior de construir um movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais verdadeiramente democrático e o compromisso de superar a cultura dominante que discrimina e violenta mulheres e jovens.

Que a ampla participação dos companheiros na Marcha das Margaridas possa ter como consequência a adoção e o cumprimento pelos sindicatos, federações e Contag das seguintes proposições, que já fazem parte de deliberações de Congresso e dos compromissos do MSTTR, mas que precisam ser exemplarmente cumpridas.

1. Fazer cumprir as deliberações dos Congressos do MSTTR, principalmente no que diz respeito à adoção da cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias de deliberação do MSTTR, e da cota de 50% de mulheres nas atividades de formação desenvolvidas pelo MSTTR;

2. Assegurar condições de trabalho e gratificação das mulheres dirigentes de sindicatos e federações em igualdade de condições com os dirigentes sindicais;
3. Efetivar, acompanhar e monitorar a Política de Cotas de Mulheres em todas as instâncias do MSTTR;
4. Fortalecer, ampliar e qualificar as Comissões de Mulheres em todas as instâncias do MSTTR;
5. Estimular e fortalecer a participação das mulheres nos processos eleitorais do MSTTR e nas eleições partidárias;
6. Integrar nos programas de formação, temáticas relacionadas às questões das mulheres trabalhadoras e as abordagens de gênero, raça, etnia e geração;
7. Trabalhar a dimensão de gênero com a juventude e as questões específicas das mulheres jovens;
8. Combater todas as formas de violência cometidas contra as mulheres trabalhadoras rurais dentro e fora do MSTTR , denunciar as ocorrências e tomar as providências cabíveis para coibir e punir os agressores;
9. Denunciar os atos de violência cometidos contra as mulheres nos sindicatos, associações, cooperativas, federações e locais de trabalho, e estimular as mulheres a realizarem denúncias sempre que sofrerem algum tipo de violência;
10. Combater todas as formas de discriminação e violência exercidas contra as mulheres dirigentes sindicais e investir na mudança da cultura predominante no MSTTR que não reconhece o valor político e social das trabalhadoras rurais e reproduz no cotidiano formas diferenciadas de discriminação, desrespeito e desvalorização das mulheres;
11. Acionar a Comissão de Ética das Fetag's e Contag para analisar as denúncias de violação dos direitos das trabalhadoras rurais no MSTTR e qualquer outra ação que atente contra a integridade física, emocional e política das mulheres;
12. Garantir que os sindicatos assumam o combate à violência contra as mulheres como uma bandeira de luta do MSTTR e a defesa das mulheres vítimas de violência, independentemente de serem ou não sócias do STTR;
13. Organizar manifestações públicas para exigir a punição dos criminosos, nos casos de crimes contra as mulheres.